



Lan houses e telecentros – espaços de sociabilidade, lazer e mobilidade social¹

Olívia Bandeira de Melo Carvalho²
Universidade Federal Fluminense

Resumo

O trabalho tem por objetivo discutir a contribuição das *lan houses* e dos telecentros para a inclusão digital de jovens de camadas de baixa renda, apresentando dados de pesquisa em andamento, de caráter etnográfico, sobre o tema. O conceito de inclusão digital ganhou proporções significativas no Brasil, associado ao conceito de inclusão social. Cresce também o número de projetos e programas de governos, ONGs e iniciativa privada para acabar com a chamada “exclusão digital”. No entanto, a maior parte das iniciativas está centrada na disponibilização de computadores e acesso à internet e no domínio de softwares básicos para sua utilização, e não levam em conta os interesses e o contexto social em que os usuários estão inseridos, como indicam os dados da pesquisa.

Palavras-chave

lan house – telecentro – sociabilidade – lazer – inclusão digital

Introdução

As análises sobre a aceleração do processo de globalização e dos impactos da comunicação mediada por computador nesse processo, nos últimos vinte anos, podem ser, de forma simplificada, agrupadas em dois pólos opostos. De um lado, os que enxergam a desagregação dos laços sociais e a homogeneidade identitária provocada pelo consumo de produtos e bens culturais globais, visíveis sobretudo nas grandes cidades; de outro, os que se apegam à utopia de um mundo sem fronteiras, no qual as relações sociais e políticas poderiam ser horizontais como o modelo de comunicação pensado para a rede mundial de computadores. Mesmo autores que enxergam na fase atual da globalização processos variados, costumam fazer generalizações sobre o significado dos mesmos. Tendo como recorte a juventude, foco de interesse desse trabalho, encontramos afirmações como a do antropólogo mexicano Nestor García Canclini de que há uma "redefinição do senso de pertencimento e identidade,

¹ Trabalho apresentado ao Intercom Sudeste, na Divisão Temática 07 – Comunicação, Espaço e Cidadania, do XIV Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sudeste.

² Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal Fluminense, onde desenvolve, com auxílio da Capes, uma pesquisa etnográfica em uma *lan house* e um telecentro de uma *comunidade de baixa renda* do município de Niterói (RJ). Além da observação da forma como os usuários se apropriam destes espaços, a pesquisa busca promover uma reflexão sobre a inclusão digital no Brasil. E-mail: oliviabandeira@gmail.com



organizado cada vez menos por lealdades locais ou nacionais e mais pela participação em comunidades transnacionais ou desterritorializadas de consumidores" (CANCLINI, 1995).

O objetivo deste artigo é, partindo do trabalho de campo etnográfico realizado em um telecentro (espaço público de acesso gratuito, mantido pela prefeitura) e uma lan house (espaço público de acesso pago) do Morro do Estado, *comunidade*³ de baixa renda do município de Niterói (RJ), discutir de que forma os jovens utilizam esses espaços, que sentido eles atribuem a essa “inserção” na “sociedade midiaticizada”, quais são as interações que acontecem nesses locais e de que forma a observação dos mesmos contribui para o questionamento de algumas afirmações gerais sobre essa sociedade midiaticizada que tendem a serem naturalizadas, contribuindo, assim, para o processo de inclusão digital no Brasil.

O trabalho de campo ainda está em desenvolvimento, mas algumas questões já aparecem como importantes na discussão sobre o papel das lan houses e dos telecentros na inclusão digital⁴: a cidade aparece como um espaço de diversidade e de complexidade de relações e interações (SIMMEL, MAGNANI), que apresentam inúmeras possibilidades de sociabilidade (FRÚGOLI, SIMMEL, MAGNANI); o entretenimento, tido por muitos pensadores como uma forma de alienação, pode ser lido

³ Optamos por nos referir ao Morro do Estado como *comunidade*, porque esta é a forma como grande parte dos moradores se referem ao local. Para não confundirmos a categoria utilizada pelos moradores com um único conceito possível de comunidade, outra categoria importante nos debates das ciências humanas e sociais, utilizaremos a palavra *comunidade* em itálico sempre que estivermos nos referindo à categoria nativa.

Oficialmente, o Morro do Estado é considerado bairro desde 1986, embora o discurso da prefeitura de Niterói seja bastante ambíguo, como podemos observar nesta descrição feita pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente:

“O Morro do Estado, um prolongamento natural do Centro, *tornou-se bairro em 1986* pela lei 4.895 de 08/11/86. Situado entre o Ingá, Icaraí e o Centro, *é uma das maiores favelas da cidade* em número de habitantes e em densidade demográfica. *É um bairro que possui características que o distingue dos demais*: a sua ocupação caracteriza-se pela forte segregação espacial em relação aos dois bairros vizinhos.” (grifos nossos). Disponível em:

http://meioambiente.niteroi.rj.gov.br/bairros/morro_do_estado.html. Acessado em: 02/09/2008.

É uma das poucas localidades de baixa renda consideradas bairro pela prefeitura, constando dos documentos públicos. Outras regiões semelhantes, como o Morro do Preventório, Morro do Cavalão, Grotta do Surucucu, Morro do Palácio, etc., não são assinaladas nos mapas oficiais. No entanto, o senso comum sobre o Morro do Estado o define como *favela*. Ao se referir ao local onde moram como *comunidade*, os moradores buscam reverter um estigma através da evocação de uma concepção idílica de comunidade, um lugar onde as pessoas são unidas, solidárias, movidas pelo afeto, em oposição à sociedade, marcada pelo distanciamento, pelo individualismo e pelo compartilhamento de interesses puramente racionais. Esta concepção está presente na obra de fundadores da sociologia, como Ferdinand Tönnies, Max Weber e George Simmel, que viveram as profundas transformações da passagem do século XIX para o século XX, e influenciam muitas das novas interpretações que veem nas comunidades locais e mediadas pelo computador uma reação romântica aos perversos processos de globalização. (Apud: SÁ, 2005 e POLIVANOV, 2008).

⁴ O conceito de inclusão digital apresenta definições muito diferentes, muitas vezes ambíguas, o que dificulta pensar sobre os problemas e as soluções existentes para garantir a toda a população o acesso aos potenciais benefícios do desenvolvimento tecnológico. A maior parte das políticas de inclusão digital no Brasil têm dado mais importância à disponibilização e ao aprendizado técnico das novas TICs do que à discussão sobre suas possibilidades de uso, o desenvolvimento cognitivo dos usuários e da sua capacidade de crítica e questionamento. Por isso, em outro trabalho (CARVALHO, 2009), questionamos o próprio conceito de “inclusão digital” e os limites dos discursos, muito difundidos no Brasil, que associam inclusão digital a inclusão social.



também como uma das mais importantes formas de interação social (MAGNANI), e por isso faz sentido relacionar as lan houses com o processo de inclusão digital no Brasil. A cidade capitalista apresenta também a perspectiva de mobilidade social (SIMMEL, FOOTE-WHYTE), discurso que é central nas políticas públicas de inclusão digital mas nem sempre está no horizonte dos jovens internautas pesquisados.

Sociabilidade, lazer e mobilidade social

A preocupação que orienta este trabalho é o que tem sido chamado de *inclusão digital*, expressão cada vez mais presente no imaginário das pessoas, tratada – na mídia, nos discursos políticos, nas propagandas das empresas de informática e telecomunicações e em análises acadêmicas - como essencial para a *inclusão social*, para a diminuição de desigualdades entre países e entre os indivíduos e regiões de um mesmo país. Não é de hoje que os processos de comunicação são tratados como estratégias importantes de inserção do indivíduo na sociedade. No final do século XIX, com as revoluções burguesas, e antes mesmo do acelerado desenvolvimento das tecnologias de informação e comunicação (TICs), pensadores já falavam da comunicação como mediadora das relações sociais, da difusão das idéias e da formação das condutas que se operam na sociedade (TARDE, 1992). No decorrer do século XX, especialmente a partir de sua segunda metade, a velocidade do surgimento de novas tecnologias foi transformando o papel e a importância da comunicação como fenômeno social. Os diversos meios de comunicação convergem e se disseminam nas diversas práticas sociais – atividades econômicas, políticas, sociais e culturais -, sobretudo a partir das últimas décadas do século XX.

O acesso à comunicação mediada por computador é também pensado muitas vezes como condição para o exercício da cidadania, numa época em que esta toma novas formas. A cidadania baseada em nação, família e raça tem sido questionada, e surgem novos tipos de cidadania – que não substituem as tradicionais, mas convivem com elas - centradas em causas específicas, lutas fragmentadas em prol, por exemplo, dos direitos das mulheres, das minorias étnicas, dos pacientes acometidos por determinadas doenças etc. Neste cenário, a possibilidade de expressão tem sido vista como uma forma de fazer com que esses direitos sejam discutidos, embora tais formas fragmentadas de luta política possam ser questionadas por não visar a mudança estrutural da sociedade, mas a inserção de determinados grupos nos setores privilegiados da mesma. Na visão de Canclini, a relação entre sociedade e Estado se



transforma quando o sujeito não só passa a pertencer ao sistema sociopolítico como conquista o direito de participar da constante reelaboração do sistema. Nessa reelaboração, diversos circuitos de cidadania – cultural, racial, ecológico etc. – complementares se articulam numa esfera pública organizada por meios de comunicação orais e visuais.

É neste contexto que estão inseridos os telecentros (centros públicos de acesso gratuito ao computador) e as lan houses (centros públicos de acesso pago), a partir dos quais 55% das pessoas que têm acesso à internet no Brasil se conectam⁵. O número de telecentros e de lan houses⁶ vem crescendo no Brasil nos últimos anos, os primeiros implementados e mantidos por governos ou por ONGs, e as últimas como iniciativas comerciais da própria população, com uma presença significativa nas periferias urbanas⁷.

O Morro do Estado, situado na área central do município de Niterói (RJ), entre os bairros Icaraí, Ingá e Centro, possui três lan houses⁸ e um telecentro⁹ mantido pela prefeitura em parceria com a associação de moradores local¹⁰. O telecentro ocupa uma

⁵ Pesquisa sobre o uso das tecnologias da informação e da comunicação 2007. Comitê Gestor da Internet no Brasil. Disponível em: <http://www.cetic.br/usuarios/tic/2007/index.htm>

⁶ A loja que é considerada a primeira lan house brasileira data de 1998. Hoje, já existem mais de 70 mil lan houses espalhadas pelo Brasil, segundo a ABCID – Associação Brasileira de Centros de Inclusão Digital (www.abcid.com.br) e 49% dos acessos à internet no país acontecem nesse tipo de estabelecimento, como mostra pesquisa realizada pelo Comitê Gestor da Internet (CGI) no Brasil (<http://www.cetic.br/usuarios/tic/2007>). As políticas de implantação de telecentros públicos em comunidades e locais de grande circulação de pessoas têm praticamente a mesma idade do surgimento das lan houses. O primeiro telecentro da Prefeitura de São Paulo, uma das pioneiras neste tipo de política, foi instalado em 2001. No entanto, os dados do CGI indicam que os empreendimentos particulares têm conseguido atingir um maior número de usuários do que as iniciativas públicas: só 6% dos acessos acontecem em telecentros.

⁷ Desde o início da pesquisa, em março de 2008, várias lan houses situadas nos bairros de classe média que circundam o Morro do Estado (Ingá, Icaraí e centro) fecharam as portas. No Ingá, por exemplo, já não existem mais centros públicos de acesso pago ao computador.

A pesquisa realizada pelo Comitê Gestor da Internet no Brasil também indica que a maior parte das lan houses são frequentadas pela parte da população com menor renda: 78% dos usuários com renda inferior a um salário mínimo e 67% dos usuários com renda inferior a dois salários mínimos acessam a internet de centros públicos pagos. Esse percentual decresce na medida em que a renda aumenta, chegando a 30% entre os que ganham mais de cinco salários.

⁸ O número se refere a março de 2009, mas pode ser alterado até o final da pesquisa. Apesar do sucesso das lan houses, esse tipo de comércio muitas vezes tem pouca sobrevida. Algumas explicações para isso são a necessidade de investimento num mercado que exige constantes atualizações, os altos custos de manutenção, as dificuldades de obtenção de crédito, a falta de capacitação para gerir negócios e a ilegalidade em que se encontra grande parte desses estabelecimentos. Só 17% das lan houses brasileiras são legalizadas, segundo a ABCID – Associação Brasileira de Centros de Inclusão Digital (www.abcid.com.br).

⁹ De janeiro a março de 2009, o telecentro do Morro do Estado está funcionando de forma precária. Permaneceu fechado grande parte dos dias e, quando abriu, foi só na parte da tarde (das 13h às 16h). O problema aconteceu, em primeiro lugar, pela mudança de governo; os novos gestores da prefeitura decidiram rever o projeto antes de dar continuidade. O segundo motivo foi a ausência de monitores que querem trabalhar no local, considerado por muitos uma das comunidades mais violentas da cidade.

¹⁰ Para receber um telecentro, a comunidade (um “parceiro” dentro da comunidade) deve oferecer o espaço físico, água, luz e limpeza. A Secretaria Municipal de Educação fornece os computadores, a conexão com a internet, material didático para cursos e oficinas e pessoal (coordenador e monitores). Mas, segundo Darjela Cima, coordenadora do projeto Telecentro quando a pesquisa se iniciou, há casos em que esta parceria pode ser negociada e a prefeitura arca com gastos não previstos, como a conta de luz, para que o telecentro não feche as portas no local.



sala ampla dividida em dois ambientes, no primeiro andar da sede da Associação de Moradores do Morro do Estado (AMME). Desde que foi inaugurado, em 27 de março de 2006, tornou-se a “atração” principal da AMME, já que esta, até o final de 2008, funcionava com muitas dificuldades, com seus presidentes e membros de diretoria envolvidos com atividades incompatíveis com os cargos, como a vida política. Por isso, entrar na associação é praticamente entrar no telecentro. Há um hall de entrada com três portas, na lateral direita uma porta para a secretaria da associação, na lateral esquerda uma escada para o terraço (na maior parte do tempo fechado) e, no meio, a porta do telecentro. Quase todos os avisos que se encontram espalhados pelas portas e paredes também se referem ao telecentro: horário de funcionamento, anúncio de cursos e oficinas, regras de convivência. Chama a atenção o cartaz que diz: “Quem sujar as paredes da associação perderá o direito de usar o telecentro”. O hall de entrada está constantemente cheio de crianças que aguardam sua vez de usar os computadores.

A sede da associação, uma casa de dois andares, fica na parte mais alta do morro, uma área plana ocupado por um campo de futebol. Por causa dessa localização, jovens que moram na parte de baixo do morro me disseram que não frequentam o telecentro nem as lan houses situadas na parte de cima; utilizam a que fica próxima a casa deles. A parede da associação voltada para o campo funciona como uma arquibancada. As outras laterais do campo são ocupadas por casas, bares, uma padaria, o Grupo de Policiamento de Áreas Especiais (GPAE) - um projeto da polícia militar instalado na *comunidade* em 2006 - e as descidas. São três atalhos de escada que levam a áreas diferentes do Centro da cidade e uma descida principal, por onde descem e sobem carros e motos. Descendo a rua principal, chegamos a uma bifurcação, a cerca de 200 metros. Se pegarmos a direita, desceremos no Ingá; à direita, sairemos em Icaraí ou no Centro.

É nessa bifurcação que fica a Lan House VIP, ao lado de um bar e um salão de cabeleireiro. Há também na mesma calçada uma outra lan house, inaugurada em 2008, que obrigou a VIP a baixar sua hora de navegação de R\$ 2,00 para R\$ 1,50 e, depois, para R\$ 1,00. No caminho entre o telecentro e a lan há uma escola e uma creche municipais. A legislação do estado do Rio de Janeiro¹¹ proíbe a existência de lan houses a menos de 1 Km de distância de escolas de primeiro e segundo grau, pois as considera casa de jogos e não centros de acesso ao computador. Mas a fiscalização, assim como outros serviços públicos, não costumam interferir no comércio local.

¹¹ Lei nº 4.782, de 23 de junho de 2006.



O telecentro possui sete computadores, sem caixas de som e fones de ouvido, 978 cadastrados¹², todos do Morro do Estado, e é frequentado predominantemente por crianças (a partir dos 6 anos, sempre desacompanhadas dos pais, embora a regra da prefeitura diga que menores de 10 anos só podem entrar nos telecentros com um responsável) e adolescentes. Há também adultos que participam, principalmente, dos cursos de informática e navegação oferecidos periodicamente. No Morro do Estado, o curso, com duração de quatro meses, inclui Introdução à Informática, Internet (navegação), Editor de texto, Editor de planilha, Slide e Digitação, todos com softwares livres. Cursos mais avançados como de Código HTML (para construção de sites) são oferecidos somente em dois telecentros (Barreto, na Zona Norte da cidade, e Espaço 300, no Centro). Só podem entrar sete pessoas por vez, uma para cada computador, apesar do número de crianças do lado de fora ser bastante grande. O coordenador do telecentro costuma dar papel e caneta para que as crianças joguem ou desenhem enquanto esperam. Os horários de acesso são pré-agendados, e cada usuário pode navegar, no máximo, uma hora por dia.

A lan house VIP possui 17 computadores, com caixas de som e fones de ouvido. O espaço é pequeno para a quantidade de máquinas e de pessoas que circulam, observando ou ajudando outros a navegar e a jogar ou simplesmente esperando um micro vagar. Na lan house, a maior parte dos usuários são homens - adolescentes e jovens. Os adolescentes frequentam o local principalmente na parte da manhã, nem sempre estão em grupo, e preferem os jogos de simulação. Os mais velhos aparecem na parte da tarde e à noite – horário de maior movimento, assim como os fins de semana - e jogam, principalmente, Counter Strike (CS), um jogo que, em sua versão brasileira, simula a perseguição de policiais militares do BOPE (Batalhão de Operações Especiais da PM) a traficantes em favelas. Os jovens não costumam chegar em grupo, mas, ao chegar, rapidamente identificam os outros usuários, a maior parte morador do Morro do Estado. As mulheres, em geral, acessam e-mail ou Orkut, poucas se aventuram na brincadeira com os meninos. Segundo um funcionário da lan, só duas mulheres jogam CS, sendo que uma delas é a dona da loja. Alguns homens também vão à lan para acessar e-mail, Orkut e Youtube. Poucos fazem pesquisa e trabalho escolar. O número de adultos e idosos é pequeno.

¹² Este número me foi passado pelo coordenador do telecentro, depois de consultar seu cadastro eletrônico, em 01/08/2008. Se formos seguir os dados oficiais do IBGE, que dizem que o Morro do Estado tem 4.463 moradores, veremos que 21,9% dos moradores estão cadastrados. No entanto, dados da associação de moradores indicavam, que, em 2006, havia cerca de 26 mil moradores, em 4.200 residências. Desses, 12.600 seriam jovens entre 14 e 25 anos.



Os jovens que circulam nesse espaço estão muito interessados em computador e celular, nos jogos e na troca de arquivos de música e mensagens; ao que parece, estão perdendo o interesse pelos programas de televisão, através dos quais não podem interagir. Um jovem de 18 anos comparou a TV aberta a “adestradores de cães” e sublinhou a liberdade de navegação e de envio de mensagens propiciada pela internet:

Na internet, ninguém me obriga a ver nada, eu escolho o que quiser. E posso enviar mensagens.

As novas gerações – em maior ou menor grau, uma vez que existem inúmeras diferenças regionais – já crescem cercadas por linguagens audiovisuais e virtuais que modificam a maneira de entender e se relacionar com o mundo. Internet, celulares, televisores ajudam a formar padrões estéticos, sociais e de consumo, influenciando comportamentos, provocando desejos. Como aponta Martín-Barbero,

é no mundo dos jovens urbanos que se fazem visíveis algumas das mudanças mais profundas e desconcertantes de nossas sociedades contemporâneas: os pais já não constituem o padrão dos comportamentos, a escola não é o único lugar legitimador do saber e tampouco o livro é o eixo que articula a cultura. Os jovens vivem hoje a emergência de novas sensibilidades, dotadas de uma especial empatia com a cultura tecnológica, que vai da informação absorvida pelo adolescente em sua relação com a televisão à facilidade para entrar e mover-se na complexidade das redes informáticas. (MARTÍN-BARBERO, 2003)

Apesar de as análises atuais mostrarem que a tendência hegemônica é que as crianças e os jovens dominem com muita facilidade – muitas vezes sozinhos – as novas tecnologias, vindo daí a reflexão de que as tecnologias precisam fazer parte do processo de ensino/aprendizagem e são importantes ferramentas para o exercício da cidadania, o processo, na prática, se mostra mais complexo. De fato, a observação da lan house mostra que os jovens e as crianças que frequentam este espaço navegam com bastante autonomia, mesmo quando se trata de jogos de simulação que envolvem desafios a solucionar, com o texto escrito em inglês.

Mas, no telecentro, encontramos uma situação diferente. Observei uma dificuldade muito grande dessas crianças em relação ao computador, contrariando muitas das idéias de que as crianças “já nascem sabendo” utilizá-lo. Essa dificuldade, a meu ver, está relacionada a outras dificuldades de sua situação social mais abrangente – relação familiar, déficit escolar etc. Além da navegação no telecentro ser muito dirigida,



o coordenador e as monitoras têm muitas dificuldades em trabalhar com as crianças (em relação ao uso do computador), e atingir os objetivos almejados pelo projeto, inclusive porque muitas delas não sabem ler nem escrever.

Uma situação como a narrada a seguir pode ajudar a entender as dificuldades enfrentadas. Eu estava sentada observando o movimento do telecentro. Sabrina me chama para ajudá-la. Ela me diz que tem 7 anos, mas a irmã gêmea Sara, no computador em frente, corrige: “Temos 11 anos”. Sabrina está no 2º ano (antiga 1ª série) do ensino fundamental e Sara no 5º ano (antiga 4ª série), ambas na escola municipal do Morro do Estado. As crianças não conseguem separar a minha figura das monitoras. Para elas, eu sou adulto e, portanto, estou ali para ensinar. Sabrina pede para entrar no site da Barbie. Eu pergunto se ela não quer escrever o endereço. Ela não sabe. Soletro para ela, mas ela não conhece as letras. Eu, então, digito o endereço. Sara mexe sozinha no computador, mas só entra no site de jogos www.jogsdemeninas.net, cujo endereço está escrito em um dos cartazes do telecentro e está no ícone “favoritos” dos computadores, junto com os outros endereços – a maior parte de jogos - que são acessados na sala. Em conversa posterior com Sara, descubro que as gêmeas têm quatro irmãos. Um está preso, o outro elas não veem há alguns anos, a irmã mais velha casou e tem um filho e o mais novo é recém-nascido.

Sara me explica que gosta do telecentro e não gosta da lan house porque no primeiro há monitores que a ajudam a navegar. Pergunto se ela utiliza o laboratório de informática da escola, e ela diz que sim, mas só “de vez em quando”, porque “lá a gente é obrigado a ficar em um jogo só, todo mundo ao mesmo tempo, fazendo o que a professora manda”.

As crianças ficam pouco tempo em cada jogo. O coordenador do telecentro, sem que eu pergunte, fala da dificuldade de avançar no trabalho por causa do baixo letramento. Pergunto se o telecentro já fez trabalho em conjunto com a escola municipal vizinha, situada a poucos passos da associação, e de onde vem a maior parte das crianças. “Ainda não. Mas estamos querendo fazer um trabalho com eles, trazendo as crianças que têm mais dificuldade em aprender”, responde.

As crianças, ao que me parece, estão ali mais interessadas na relação com o coordenador e com as monitoras do que em utilizar o computador, o que não deixa de indicar a busca pela construção de laços afetivos, de uma sociabilidade. Todas as crianças chamam as monitoras e o coordenador do telecentro de “tios”, o que é comum no Rio de Janeiro, mas em mais de uma ocasião presenciei crianças perguntando ao



coordenador se poderiam chamá-lo de “pai”. O seguinte diálogo que tive com Ana Carolina, de 7 anos, que - como outras crianças e jovens que frequentam o telecentro e a lan house - tem computador em casa, indica um pouco da importância atribuída à sociabilidade:

- Tia, você sabe mexer no computador?
- Sei. E você?
- Eu também. Tenho computador em casa. Só que não é assim não, é fininho – diz, referindo-se ao monitor.
- E você vem ao telecentro também?
- Venho.
- Por quê?
- Porque gosto.
- Mas, por quê?
- Porque aqui tem mais jogo. Mas lá em casa posso mexer no Orkut.
- Aqui tem mais jogo que na sua casa?
- Não, quer dizer, lá em casa tem mais.
- Então, por que você vem aqui?
- Por causa da tia Lê – diz, referindo-se à monitora Alessandra.

Os jogos, não incluídos na categoria “educativos”, são as principais ferramentas trabalhadas em ambos os espaços, apesar do conceito da política pública do governo indicar que o espaço do telecentro serve para a “aprendizagem” e o “desenvolvimento da cidadania”. Mesmo tendo o jogo como foco central de suas atividades, alguns dos jogadores e mesmo a dona da lan house questionaram qual é meu interesse em pesquisar o tema, já que eles mesmos consideram o que fazem entretenimento e acham que pesquisa acadêmica é “coisa séria”. Na primeira conversa mais aprofundada que tive com a dona da lan, ela me advertiu, sem que eu a houvesse questionado:

Vem todo tipo de gente aqui, mas a maior parte mesmo é para Orkut, MSN e jogo. Se você quiser ver as pessoas *pesquisando* [ela deu ênfase a esta palavra, enquanto sua expressão mostrava decepção], quase não vai ver.

O questionamento da dona da lan e de alguns usuários corresponde a uma visão muito comum no meio acadêmico e na mídia de que os telecentros públicos de acesso gratuito são efetivos, pois representam um uso “cidadão” das novas tecnologias de informação e comunicação (GONÇALVES), enquanto as lan houses são espaços comerciais que visam unicamente ao lucro do proprietário e ao divertimento de jovens. A demonização e a desconsideração das lan houses, ao mesmo tempo em que se enfatiza o potencial democratizador dos telecentros, estão atreladas ao conceito de



entretenimento que predomina nas teorias críticas da comunicação desde o início da modernidade: algo fácil, banal, puro divertimento, alienação, em oposição ao consumo da chamada “alta cultura”, que, nessas concepções, seria de difícil absorção (GABLER).

No campo da antropologia, o lazer já vem sendo tratado de maneira diferente, depois de um período (décadas de 1970 e 1980) em que, segundo o relato de Magnani, era pouco valorizado como objeto de estudo, “porque, pensava-se, está nas antípodas daquilo que se considera o lugar canônico da formação da consciência de classe e, além de ocupar uma parte mínima do tempo do trabalhador, não apresenta implicações políticas explícitas”, não passando de “válvula de escape e alienação”. Magnani e um grupo de pesquisadores da Universidade de São Paulo (USP), desde então, desenvolvem um importante trabalho sobre o lazer na cidade de São Paulo, interpretando-o a partir de outra perspectiva:

Analisando mais de perto as regras que presidem o uso do tempo livre por intermédio dessas formas de lazer, verificou-se que sua dinâmica ia muito além da mera necessidade de reposição das forças dispendidas durante a jornada de trabalho: representava, antes, uma oportunidade, através de antigas e novas formas de entretenimento e encontro, de estabelecer, revigorar e exercitar aquelas regras de reconhecimento e lealdade que garantem a rede básica de sociabilidade. O que não é de pouca importância para uma população cujo cotidiano não se caracteriza exatamente pelo gozo pleno dos direitos de cidadania. (MAGNANI, 2008, p. 31-32)

Se, por um lado, alguns jovens acham que jogos e salas virtuais de bate papo não são dignos de estudo, por outro destacam a importância do espaço em que eles se desenvolvem – seja *off line* seja *on line* – para o desenvolvimento e a manutenção de amizades, a exibição de seu gosto estético e musical, o reforço da identidade, a troca de experiência sobre os jogos e conhecimentos técnicos de informática. Os pais, diferentemente do que costumamos ouvir em muitas famílias de classe média que controlam o tempo dedicado ao lazer para ampliar o tempo de estudo, muitas vezes incentivam a presença de seus filhos nas lan houses – e também nos telecentros – porque nesses espaços, *pedaços* intermediários entre o privado (a casa) e o público, “onde se desenvolve uma sociabilidade básica, mais ampla que a fundada nos laços familiares, porém mais densa, significativa e estável que as relações formais e individualizadas impostas pela sociedade” (MAGNANI, 2008) eles estariam resguardados das “ameaças da rua”.



A sociabilidade observada nesses espaços, mais do que remeter a uma identidade global (CANCLINI, 1995) que estaria sendo construída através da internet, indica o fortalecimento de laços locais, fundamentados no território. O discurso do coordenador do telecentro, da coordenadora geral do programa de telecentros da prefeitura, da dona da lan e de alguns usuários com quem conversei relacionam o telecentro e a lan como espaços de encontro ligados ao território, no caso, o Morro do Estado. É muito presente no discurso deles essa separação entre os moradores da favela (ou da *comunidade*, como preferem falar) e os do asfalto. No caso do telecentro, os coordenadores sublinham muito a necessidade de conhecer a *comunidade*, os moradores e de adaptar o projeto às peculiaridades dela; no caso da lan, é muito sublinhado o fato de o espaço ser frequentado predominantemente por moradores locais - “de vez em quando vem um playboyzinho lá de baixo, vem por causa do preço”, como diz a dona da lan. Além disso, muitos acessam o computador para procurar vídeos e informações relacionadas ao Morro do Estado, e jogam o CS comentando sobre a situação de violência de sua própria realidade social.

A cidade como campo de possibilidade

Os usos que as crianças e os jovens dão a esses espaços e as interações que estabelecem não são homogêneos. Esse é um espaço, um *pedaço* (MAGNANI) ou um círculo de relações a que se filiam, mas a cidade permite com que transitem por vários círculos diferentes (SIMMEL) e que esses círculos tenham importância maior ou menor em determinados momentos de suas trajetórias. O indivíduo, assim, se configura como um ponto de interseção de vários mundos (SIMMEL), nos quais estão inseridos com graus variados de adesão e de comprometimento (SCHUTZ; Apud: VELHO). A participação em grupos identitários não elimina, nas cidades, a autonomia, a possibilidade de escolha dos indivíduos entre situações possíveis em determinados momentos; a cidade apresenta-se como um *campo de possibilidade* (VELHO) que “trata do que é dado com as alternativas construídas do processo sócio-histórico e com o potencial interpretativo do mundo simbólico e da cultura”. A mobilidade material e simbólica disseminada pelo capitalismo moderno permite também que os indivíduos sonhem com uma mobilidade social (FOOTE-WHITE), que desenvolvam *projetos* – entendidos, no conceito de Schutz, como condutas organizadas para atingir finalidades específicas (VELHO) - que, “no nível individual lida com a performance, as



explorações, o desempenho e as opções, ancoradas a avaliações e definições da realidade”.

E, se é verdade que - com os graves problemas sociais que enfrentamos na atual fase do capitalismo, níveis altos de desemprego, informalidade do trabalho e uma crise de sentido e de qualidade na educação pública - podemos imaginar um cenário de jovens desesperançados e desmobilizados, por outro encontramos trajetórias de jovens que, dentro de seus *campos de possibilidades*, desenvolvem projetos quer de nível individual que de nível coletivo.

Nesse sentido, encontramos trajetórias como a de Marcela, de 17 anos, que vê nos cursos de informática do telecentro, muito criticados por serem inferiores ao que os jovens de classe média têm acesso, uma oportunidade de conseguir um emprego e realizar o sonho do casamento. Ela não pode pagar um curso de informática e a escola que frequenta não oferece os pré-requisitos que são considerados hoje fundamentais no mundo do trabalho. Para Marcela - que mora com a avó, já que a casa da mãe só tem um cômodo, fora a cozinha, para ser dividido entre a mãe, o padrasto e a irmã - o telecentro se apresenta como esperança de inserção, a curto prazo, no mercado de trabalho, preocupação constante para outros jovens envolvidos na pesquisa etnográfica e, segundo pesquisa quantitativa realizada pelo Instituto Datafolha, em 2008, “o maior sonho” de 33% dos jovens brasileiros entre 16 e 25 anos e de 55% dos jovens de 16 e 17 anos¹³.

Outra trajetória observada é a de Marlon, de 18 anos. Ele não frequenta mais nem o telecentro nem a lan house, pois encontrou em um grupo de produção audiovisual novas amizades e formas de sociabilidade, a possibilidade de se inserir, a longo prazo, em um mercado de trabalho que exige maior qualificação e, segundo diz, a chance de ser produtor e não só consumidor de informação e, assim, “lutar por um mundo melhor”. Marlon é filho de uma professora de uma creche da prefeitura de Niterói, e mora com os pais e o irmão em uma casa de dois quartos. A mãe acompanha o filho nas atividades de que participa, e considera a educação fundamental para o futuro do jovem.

O telecentro, a lan house e o grupo de produção audiovisual estão disponíveis para os dois jovens, mas têm significados distintos para eles. Os dois estão inseridos em um

¹³ Pesquisa realizada pelo Instituto Datafolha nos dias 1º e 2 de abril de 2008, com 1.541 jovens de 16 a 25 anos, em 168 municípios de 24 estados brasileiros. Disponível em: http://datafolha.folha.uol.com.br/po/ver_po.php?session=700 . Consultado em: 28/07/2008.



contexto social comum, mas cada um possui sua trajetória, perpassada por redes de relações variadas, e com projetos distintos dentro de seus campos de possibilidades.

Considerações finais

É válida a afirmação de que os telecentros e as lan houses são espaços “conceitualmente diferentes” (GONÇALVES; SILVEIRA) e que isso coloca dificuldades para uma análise que tenha os dois como centro; por mais que se queira evitar comparações, elas são inevitáveis a partir dos relatos.

No entanto, os conceitos do que sejam esses espaços, que se refletem no tipo de serviço disponível, são dados a priori, por quem desenvolve as políticas públicas – no caso do telecentro – ou por quem monta um estabelecimento comercial – no caso da lan house. Os usos, as interações e negociações que acontecem nesses espaços, como a pesquisa etnográfica pode mostrar, fogem às regras dos manuais. Os usuários, em interação e negociação permanente com os coordenadores dos telecentros, os formuladores de políticas públicas, os donos dos estabelecimentos comerciais, usuários e outros membros de suas redes de relações – que podem incluir os familiares, a escola, grupos culturais, religiosos etc. – configuram e reconfiguram os usos desses espaços, chegando a promover modificações nas “regras” pré-estabelecidas¹⁴. Afinal, é a prática social que confere sentido aos espaços.

No entanto, essas modificações nem sempre são significativas¹⁵ e não acontecem sem conflitos. Dependem do grau de interesse e de abertura à participação dos responsáveis por esses estabelecimentos. Se tomarmos o caso do telecentro, por exemplo, observamos que os moradores do Morro do Estado não se apropriaram do espaço como possibilidade de desenvolvimento local, e que a coordenação do projeto não se preocupou em fazer uma pesquisa que indicasse que tipos de ferramentas e serviços, adequadas à realidade local, deveriam estar disponíveis.

¹⁴ Um exemplo desse tipo de negociação aconteceu nos telecentros. No início do projeto, em 2005, Orkut e MSN eram bloqueados. Depois de um diálogo com os usuários, essas ferramentas foram liberadas para, respectivamente, maiores de 16 e de 12 anos. No entanto, essa é uma ação pontual, que não modifica o modelo de gestão do projeto. Na lan house também já foram introduzidas modificações com base no interesse dos usuários. No início mais voltada para jogos, a Lan House VIP possui hoje serviço de impressão e gravação de CDs e DVDs.

¹⁵ Os exemplos da nota anterior mostram que, no caso estudado, são poucas as modificações feitas nesses estabelecimentos com base no interesse dos usuários. Outros exemplos de políticas públicas e de utilização das lan houses aproveitam melhor as potencialidades do acesso ao computador e à internet. Inclusive, já existem parcerias sendo feitas entre o poder público e as lan houses, como a que existe em Estância (SE). Com a ajuda do SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas, a prefeitura da cidade desenvolve um projeto no qual os estudantes da rede pública recebem um cartão que os permite realizar trabalhos e pesquisas nas lan houses credenciadas. Fonte: Agência Sebrae de Notícias. Disponível em:
<http://asn.interjornal.com.br/noticia.kmf?noticia=7975168&canal=218>.



E é nesse sentido que a pesquisa etnográfica pode dar uma contribuição para as políticas públicas de inclusão digital no Brasil. Para que, relativizando nossos conceitos, buscando o olhar do outro, entendendo os sentidos das práticas sociais, possamos construir uma política que dialogue com a sociedade, com seus anseios e necessidades.

Referências bibliográficas

- ANDERSON, Benedict. **Nação e consciência nacional**. São Paulo: Ática, 1989.
- CANCLINI, Nestor García. **Consumidores e Cidadãos: conflitos multiculturais da globalização**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1995.
- CARVALHO, Olívia Bandeira de Melo. **Inserção participativa na sociedade midiaticizada – discutindo os limites da associação entre inclusão digital e inclusão social**. Inédito, 2009.
- COHEN, A.P. “The symbolic construction of community”. Em: **The symbolic construction of community**. Londres: Routledge, 1985, pp. 97-118.
- FOOTE-WHYTE, William. **Sociedade de esquina [Street Corner Society]: a estrutura social de uma área urbana pobre e degradada**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.
- FRÚGOLI Jr., Heitor. **Sociabilidade urbana**. Rio de Janeiro: Zahar, 2007. (Col. Passo a passo)
- GONÇALVES, Flávio. “Telecentros: o lugar certo para a inclusão digital”. Publicado no site do Observatório pelo Direito à comunicação. Disponível em:
http://www.direitoacomunicacao.org.br/novo/content.php?option=com_content&task=view&id=532
- MAGNANI, José Guilherme Cantor e TORRES, Lilian de Lucca (orgs.). **Na metrópole: textos de antropologia urbana**. 3ª ed. São Paulo: Editora da USP/Fapesp, 2008.
- MARTIN-BARBERO, Jesús. "Globalização comunicacional e transformação social". Em: MORAES, Dênis de (org.). **Por uma outra comunicação: mídia, mundialização cultural e poder**. Rio de Janeiro: Record, 2003, p. 57-86.
- PARK, Robert E. “A cidade: sugestões para a investigação do comportamento humano no meio urbano”. In: VELHO, Otávio G. (org.). **O Fenômeno Urbano**. Rio de Janeiro: Zahar, 1967, p. 26-67.
- POLIVANOV, Beatriz Brandão. **Rádios comunitárias: conflitos e negociações na configuração de redes de poder e identidades sociais**. Dissertação de mestrado. Rio de Janeiro: Programa de Pós-graduação em Comunicação, UFF, 2008, 215p.
- SÁ, Simone Pereira de. **O samba em rede: comunidades virtuais, dinâmicas identitárias e carnaval carioca**. RJ: e-papers, 2005.
- SILVEIRA, Sérgio Amadeu da. **Exclusão digital: a miséria na era da informação**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001.
- SIMMEL, Georg. “A metrópole e a vida mental”. Em: VELHO, Otávio G. (org.). **O fenômeno urbano**. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.



SIMMEL, Georg. **The philosophy of Money**. London, Routledge and Kegan Paul, 1989 [1900], cap. 6, p. 429-512.

TARDE, Gabriel. **A opinião e as massas**. São Paulo: Martins Fontes, 1992. [1901] (Col. Tópicos)

VELHO, Gilberto. **Projeto e Metamorfose: antropologia das sociedades complexas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.